



Bloco de Esquerda

Moção em defesa da prevenção estrutural do território e da diminuição da área ardida nos incêndios

Todos os anos, durante o Verão, se ouvem gritos por todo o país de "acudam que isto vai arder tudo"! Estes gritos de desespero são recorrentes. Todos os anos ardem milhares de hectares de floresta. Todos os anos milhares de euros de riqueza nacional que é a nossa floresta ardem pondo em risco pessoas e bens. O descontrolo dos incêndios e as grandes áreas ardidas devem-se muitas vezes à falta de prevenção estrutural dessas mesmas áreas florestais. Temos este ano a maior área ardida desde 2006. Só este ano já arderam 156 mil hectares de espaços florestais, o que equivale mais ou menos a 156 mil campos de futebol.

Os governos gastam, anualmente, 74 milhões de euros no combate aos incêndios florestais. Mas, o mesmo governo gasta anualmente em PREVENÇÃO 24 milhões. No total gasta-se com os incêndios, um total de 94 milhões de euros, para além de todos os outros gastos directos e indirectos. Não somamos a isto os custos para a economia com a perda do valor das áreas florestais, os custos em perdas de solos, que sem a floresta irão ser arrastados para os rios com as chuvas no inverno. Não seria melhor invertermos esta lógica? Não seria melhor investir mais em PREVENÇÃO, para limitar a devastação florestal, ecológica, humana, habitacional, económica e social... causada pelos incêndios?

Certamente que sim, pois esse caminho é defendido por técnicos e profissionais ligados à área florestal. Além disto o Combate aos incêndios florestais necessita de ser Melhorado, na sua Coordenação Operacional dos Meios Terrestres e dos Meios Aéreos. O combate aos incêndios florestais deverá ser encarado com uma missão nacional e não como um negócio.

Este caminho não é um caminho de curto prazo, nem um caminho fácil. Este percurso já palmilhado por muitos países europeus com resultados evidentes, basta comparar os dados de Portugal com os outros países do sul da Europa. É preciso começar agora, pois na gestão florestal o tempo não se mede em anos, mas em décadas!

Assim, a Assembleia Municipal de Setúbal delibera:

Saudar a decisão do governo em tomar as medidas necessárias para uma verdadeira Prevenção estrutural do território e a diminuição da área ardida nos incêndios.

Solicitar medidas de Planeamento e Ordenamento da Floresta, repondo algumas práticas agro florestais tradicionais e o cumprimento das orientações da Estratégia Nacional para as Florestas, revendo as Opções de reflorestação das monoculturas de Pinheiro bravo e a expansão dos Eucaliptais, que devido ao abandono e má gestão vieram aumentar o risco de propagação de incêndios.

Solicitar à Câmara Municipal a identificação dos espaços florestais e interfaces urbano-florestal, para que se estabeleça o desenvolvimento de uma política florestal orientadora para o concelho que tenha como base as orientações do Plano Regional de Ordenamento Florestal, quer na defesa da Silvicultura Preventiva com modelos de gestão florestal adaptados às condições ecológicas locais, tendo como base o tipo de Solos, os Declives, o Clima, ou o Coberto Vegetal, com toda a biodiversidade associada, assim como a necessidade de reduzir a biomassa nas áreas mais sensíveis ao fogo.

Exigir que a Câmara Municipal de Setúbal, na sua vertente da Proteção Civil, tome medidas de Monitorização do Território, aumentando a eficácia da fiscalização de todas as regras de Ordenamento e Gestão aprovadas para espaços florestais e espaços de interface urbano-florestal no Plano Intermunicipal de Defesa da Florestal contra Incêndios, de forma a melhor garantir a defesa de pessoas e bens no Concelho.

Sendo aprovada, esta moção será divulgada aos órgãos de comunicação social, nacionais e regionais e enviada ao Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Grupos Parlamentares da Assembleia da República, Primeiro-Ministro, Ministro da Administração Interna, Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios e Comissão Municipal de Protecção Civil e Bombeiros.

Setúbal, 30 de setembro de 2016.

Assembleia Municipal de Setúbal

Bloco de Esquerda

Luís Paulo Amorim
Paulino